

## **O Eu é tudo o que se tem.**

**Resumo:** *Este trabalho trata, fundamentalmente, da questão do eu e de sua constituição. Aborda o eu a partir de sua origem imaginária na medida em que esta se sustenta na relação com o semelhante a partir do poderoso investimento narcísico do Outro. Trato também das relações entre o eu (moi) e o sujeito do inconsciente (je) e de como esta relação está presente durante o tratamento analítico.*

**Palavras chaves:** *eu, sujeito, significante, simbólico e imaginário.*

Que o peso da frase não nos iluda quanto a aceitarmos os fáceis limites das conclusões que rapidamente se precipitam dos enunciados. Que alguém diga isto, já faz revelar um efeito muito particular daquele que se reconhece no enunciado. Que o *eu* seja um grande ilusionista a engendrar e tecer uma trama que procure deter a angústia, disto já há muito sabemos. Mas, afinal, o que nos resta além desta mentirosa síntese?

Este *eu*, alienado no desejo daqueles que lhe sopraram a vida ou pelo menos a sustentaram, irá recortar do espelho de seu semelhante o envoltório de sua própria ilusão; pele imaginária a ser preenchida com a frágil argamassa da memória. Isto permitirá que o *eu* o ame e o odeie, ainda que o *eu*, de fato, nunca realize o encontro.

Que o *eu* se lembre num enredo de equívocos, pouco importa já que se lembra. Lembra-se e se lembra. Interessante afirmação, pois explicita nessa cisão inevitável, a marca de sua constituição.

Cada um de nós está sustentado na memória de cada pequeno detalhe costurado pela torpeza de uma consistência sedutora e, por isso mesmo, enganosa. Quando

olhamos para nós mesmos temos uma clara sensação de que o *eu* sempre esteve presente, sempre foi o mesmo; acrescentando-se, mas o mesmo.

Qualquer momento de nossas vidas que resgatemos pronto, lá está ele reconhecido com esta marca de indescritível familiaridade. O futuro que imaginamos não passa de outro momento em que projetamos o *eu*; melhor ou pior, dependerá de nossa consistência interna.

Muito daquilo que chamamos ou pelo menos reconhecemos como normalidade extrai seu parâmetro da sensação de bem-estar que experimentamos devido a esta consistência interna. E quando me refiro a isto não estou pensando apenas nas imagens e idéias que nos povoam, refiro-me também a cada pequeno indício que se inscreveu em nosso corpo desde o toque carinhoso da mãe amorosa até a mais hedionda cicatriz.

Se o *eu* é memória, que minta ou não tanto faz! O essencial é que fala. Falar é consentir-se vivo! Conta e esconde o que a linguagem lhe permite recortar da sombra do inominado por este estreito fecho de luz que tenta iluminar o negrume do impossível real.

Sentado à margem de um rio de águas turvas lança nelas o anzol com sua sedutora isca e espera que algo, como um peixe, da surpresa se anuncie. E isto o alegra e entristece, deixa-o esperançoso e frustra-o, faz com que o *eu* sonhe e o desperta para o mais profundo sentimento de solidão.

Sabe, afinal, pelo reiterado do acontecimento, que nenhum peixe retirado da corrente do rio poderá, jamais, preenchê-lo com a última refeição; aquela que aplacaria sua ânsia de continuar buscando. Mas, que o *eu* possa pescar, isto é tudo o que se tem. O *eu* pesca, logo, ainda deseja. Pesca até que um peixe de medonha boca venha a devorá-lo sem nenhum desejo.

Isto pode soar como um destino funesto, mas é o melhor dos mundos que se pode habitar. É exatamente no fracasso deste ensejo que nos parece interessante discutir a questão da estrutura psicótica como um dos destinos da condição humana. Antes, porém, quero, de forma breve, discutir alguns elementos da constituição do *eu*.

Na sustentação desta engenharia do *eu* está a onipotência do Outro com seu poder de ofertar o significante pela trilha do desejo e imobilizar o futuro sujeito num lugar de projeção imaginária forjado pelo narcisismo daquela ou daqueles que vêm encarnar o Outro. Lacan [1998(1960), p.822] nos diz:

Tomem apenas um significante como insígnia dessa onipotência, ou seja, desse poder todo em potência, desse nascimento da possibilidade, e vocês terão o traço unário, que, por preencher a marca invisível que o sujeito recebe do significante, aliena esse sujeito na identificação primeira que forma o ideal do eu.

O poder do desejo dos pais irá capturar o recém concebido embrião numa trama de linguagem que guardará ou não um lugar de sujeito para ele, dependendo do arranjo estrutural que lhe proverá o efeito da castração simbólica nos pais. Sobre a crua carne do embrião se assentará a projeção do *ideal de eu* tramado no narcisismo dos pais. E sem esse crédito inaugural só restará como destino ao infeliz espoliado uma vida de penúria e desatino psicóticos.

Neste corpo edificado pelo erotismo dos pais ver-se-á inscreverem-se as marcas libidinais que sustentarão as amarras do *eu* o que lhe permitirá seguir adiante até seu encontro estruturante e ao mesmo tempo alienante com a imagem ortopédica de seu outro semelhante como nos mostrou Lacan (1949) no Estádio do espelho.

O gume libidinal desta especularidade lhe oferece uma identificação primária, mas insinua nas bordas deste recorte, o gume mortífero daquilo que mal coincide com a imagem de si por conta da presença paranóica do outro. Tal qual Narciso que siderado pela paixão frente a sua própria imagem mal percebe o risco fatal de ser tragado pelas águas que o espelham.

A este *eu* (moi) pleno de saturação imaginária e produtor contumaz de circunscrições sintéticas é que nos agarramos para poder experimentar um arremedo de trama que nos insufla uma calorosa sensação de consistência e familiaridade. Se aqui tratamos de uma alienação, será de algo muito diferente que precisaremos dar conta para compreender o que acontece na determinação da estrutura psicótica.

Para discutirmos isto haveremos de retomar um fracasso promovido já na urdidura do desejo dos pais que, marcados pela inoperância da castração simbólica, não foram capazes de designar àquele que geraram um lugar de sujeito desejante. Piera Aulagnier (1963) descreve este fracasso como uma falha na constituição do *corpo imaginado*; que seria construído pela mãe (Outro) na medida em que projetasse sua libido e com isto seu *ideal de eu* sobre o corpo real do embrião o que lhe permitiria transformar-se, num dado momento, em *eu ideal*. O resultado desse fracasso é o que Aulagnier chama de *corpo fantasmado*, corpo onde operou uma castração maciça que o priva de todo o investimento libidinal deixando-lhe ocupar apenas um lugar de pouco mais que um anexo do corpo materno.

A decorrência direta deste acontecimento será a total impossibilidade de que se constitua para este sujeito uma identificação primária a partir de seu encontro com o semelhante. No espelho ele verá apenas o resultado da castração real operada em seu corpo, numa bizarra fusão com o Outro a quem estará condenado a fazer gozar indefinidamente já que a castração simbólica não lhe restringiu o gozo.

A conclusão que se nos impõe é a de que a impossibilidade de o discurso materno ser portador da interdição representada pelo valor atribuído à palavra do pai terá participação importante no destino daquele a quem chamamos psicótico, já que será exatamente a não incidência da castração simbólica o que permitirá as conseqüências que acabamos de esboçar. Em outras palavras, quando o desejo da mãe não está

submetido ao desejo do outro (o pai em sua atribuição simbólica) não há para a criança a condição necessária para escrever sua história no Édipo.

Lacan utilizou para designar este nefasto acontecimento que impede ao sujeito o desfrute de relações simbólicas e a conseqüente entrada no campo da sexuação de *forclusão* do Nome-do-Pai. Segundo Lacan (1958), no seminário 5 sobre as “Formações do inconsciente”, o que permite ao sujeito escapar da fusionalidade com o Outro é um efeito de substituição significante, uma metáfora. Mais especificamente, a metáfora do Nome-do-Pai, um significante qualquer que permite designar o pai, em sua atribuição simbólica, como aquele que tem direito sobre o desejo da mãe.

O significante do desejo materno (S1), dando lugar ao significante S2 (um significante qualquer que nomeia o pai em sua atribuição fálica) terá como conseqüência a inscrição do Nome-do-Pai no Outro limitando seu gozo pela extração do *objeto a* e circunscrevendo assim o gozo a sua modalidade fálica. O *objeto a*, objeto causa de desejo, permitirá que o sujeito, como sujeito de linguagem, tenha acesso a objetos (igualmente objetos de linguagem) que lhe propiciarão sua cota de prazer.

Sem a castração simbólica, o que assoma do real faz-se delírio e alucinação numa tentativa de conter o gozo que esvazia o psicótico pela condição mortífera de “fim do mundo” como explorou Freud no caso Schreber (1911). Nada mais há que se sustente vivo a não ser que possa ser enredado por esta suplência que o delírio tenta metaforizar na ausência do efeito estruturante da metáfora do Nome-do-Pai. O *eu* psicótico, em sua extrema fragilidade, subsiste nesta trama de linguagem que o delírio lhe empresta e enreda-se aí como pode tomado pela certeza de que encontrou a verdade.

Aos neuróticos, todavia, o que resta é a dúvida. Tudo é aberto, tudo é possível, nada, absolutamente nada, é seguro. A insana faina que dominará o *eu*, por toda sua precária existência, será exatamente a de prover a ilusão de que tudo está seguindo uma

ordem e que tudo acabará bem. Esta é, afinal, uma marca essencial do humanismo, acreditar que ao humano está reservado um destino maior, um lugar de privilégio, herança que nos legou a visão cristã de mundo.

Na verdade, é custoso crer que consigamos permanecer um só instante sem mergulhar na mais profunda angústia frente a tamanho desamparo. Trata-se aqui, daquilo que é o feito diuturno de nosso grande ilusionista em constante situação de vigilância, o *eu*. O *eu*, comporta este elemento que nos permite a experiência do *si mesmo*, que nos dá, como já afirmei, esta noção de consistência e perenidade, nosso senso de identidade; esse *eu (moi)*, senhor que é do enunciado, a cada elo que agrega no que diz só faz atar-se ainda mais ao seu simulacro.

O que o trabalho de Freud — todo ele — fez afirmar desde o princípio, foi que este *eu*, não é mais que uma superfície cuja extensão esta implantada no pré-consciente e no consciente e que nossas motivações estão implantadas bem longe daí. Lacan (1964) nos dirá em Posições do inconsciente que: “A função homogênea da consciência está na captura do eu por seu próprio reflexo especular e na função de desconhecimento que lhe permanece ligada”. (p.846)

Freud descentralizou o sujeito do campo da consciência e implantou-o no inconsciente mostrando que somos, exatamente ali, onde não pensamos, onde nos comanda o desejo pelo insuflar da pulsão. Com Lacan, todavia, esta cisão fundamental do sujeito estará articulada plenamente num efeito de linguagem e poderíamos dizer que para ele, dado que o inconsciente é o discurso do Outro, este será o ponto máximo de ancoragem da alteridade de si mesmo.

Lacan, seguindo a Freud, enfatizou que o discurso que o analista acolhe é exatamente aquele do qual o *eu* teria imenso prazer de nos poupar; a ele e a nós: o

esquecimento de nomes, as falas que se interrompem durante as sessões, os atos falhos, os chistes, etc.

O que até aqui afirmei com relação ao sujeito, como este é visto pela psicanálise, poderia, talvez com algum excesso de simplificação, ser resumido da seguinte maneira. Para Lacan (1964) “um sujeito é aquilo que significa um significante para outro significante”. Isto nos coloca, novamente, a questão da metáfora do Nome-do-Pai como fundante da condição do sujeito desejante e, como vimos, é pelo efeito de sua forclusão que adentraremos ao terreno da psicose.

O sujeito surge dividido pela ordem significante na medida em que a fusionalidade do bebê com S1 (desejo da mãe), é rompida por uma substituição metafórica: onde estava S1 surge S2 nomeando o pai simbólico com seu poder de privar, interditar e frustrar a relação dual mãe-filho, promovendo assim a castração simbólica. A efetividade desta operação está calçada no fato de que o pai aparece aí também como aquele a quem a mãe dirige seu desejo, aquele que, por conseguinte, deve necessariamente ser reconhecido como doador de algo que nele a mãe procura porque lhe falta.

Neste sentido, o efeito de sujeito se promove pelo fato de que a lei do pai fará calar o Outro em sua posição inconsciente consagrando assim a eficácia da repressão primária e a consequente divisão do sujeito. A partir daí, só poderemos ter notícias do Outro pelo que Freud designou como *formações do inconsciente*.

A posição de sujeito da linguagem é sustentada, portanto, pelo fato de que S2 (Nome-do-Pai) representa o sujeito para outro significante S1 (desejo da mãe). Nas palavras de Lacan [(1964), p. 849]:

O efeito de linguagem é a causa introduzida no sujeito. Por esse efeito, ele não é causa dele mesmo, mas traz em si o germe da causa que o cinde. Pois sua causa é o significante sem o qual não haveria nenhum sujeito no real. Mas esse sujeito é o que o significante representa, e este não pode representar nada senão para

um outro significante: ao que se reduz, por conseguinte, o sujeito que escuta.

O sujeito para a psicanálise é, portanto, um sujeito marcado por sua cisão estruturante, dividido como nomeou Lacan em sujeito da enunciação (*je*) e sujeito do enunciado (*moi*).

No vazio de um significante ao outro, aí se projeta a força propulsora do desejo por conta e causa do *objeto a* que faz, portanto, a potência desejante do sujeito do inconsciente (*je*) ensejar a condição do deslizamento metonímico do significante. Lacan [(1964), p.858] nos diz:

Seja como for, é sob a incidência em que o sujeito experimenta, neste intervalo, uma Outra coisa a motivá-lo que não os efeitos de sentido com que um discurso o solicita, que ele depara efetivamente com o desejo do Outro, antes mesmo que possa sequer chamá-lo de desejo, e muito menos imaginar seu objeto.

Para Lacan, o sujeito do desejo (*je*) não tem corporeidade, sua marca é ser evanescente, faz sua aparição numa fenda do discurso que só se presta para marcar sua ausência no enunciado que o *eu* (*moi*), faz surgir a céu aberto. Por outro lado, apesar da ignorância pelo efeito da alienação que o implantou, é preciso que o *eu* se atreva a perguntar algo de si, perguntar-se, para que haja algum terreno para o sujeito que o escuta (o analista) possa estar autorizado a representá-lo desde o lugar de outro significante. Para começar o processo de uma análise o *eu* é tudo o que se tem, é com ele que se pode negociar os lugares a serem concedidos na estrutura do discurso analítico; ainda que o *eu* não saiba o que diz!

Considero que seria bastante interessante que se tivesse sempre em conta que por mais que o analista se ofereça, na transferência, como uma espécie de espelho vazio com o intuito de permitir que o sujeito possa remeter-se ao seu desejo e mobilizar o seu



próprio sentido de verdade, incorreríamos em certa ingenuidade se, como pios, admitíssemos a possibilidade de que a potência analítica pudesse nos libertar de tudo o que escapa da rede significante e persiste real.

Quero lembrar-lhes que o trabalho de Freud passou por um primeiro momento, que costumamos chamar de primeira tópica, que encerrava em seu bojo uma idéia de que seria possível levar uma análise até o ponto da plena revelação do inconsciente. Claro que há aqui um exagero óbvio, mas não é possível deixar de reconhecer que o vislumbre de uma revelação total das causas do trauma e a pretensa liberação dos travamentos inconscientes sustentava-se nesta perspectiva.

O chamado primeiro ensino de Lacan, do qual tratei mais diretamente no texto, também, de certa forma, contém uma expectativa semelhante que consistiria em fazer aproximar o sujeito do enunciado (*moi*) do sujeito do desejo ou da enunciação (*je*). Transformar a palavra equivocada ou como preferiu Lacan, a palavra vazia do *eu* em palavra plena do sujeito, aquela que se formula na verdade de sua condição plena de sujeito desejante.

Freud foi levado a arquitetar algumas mudanças com relação às pulsões e a estruturação do aparelho psíquico que o conduziram à segunda tópica e, por conta disso, sua clínica, como de há muito lhe insinuava, não podia mais escapar ao fato de que há algo na análise que não se reduz ao interpretável, ou seja, ao reprimido. Há uma radicalidade da pulsão que insiste em direção ao inconsciente sem jamais ser redutível, totalmente, ao campo do representado.

Acredito que por caminho algo semelhante, o segundo ensino de Lacan trouxe cada vez mais à evidência a importância do real e sua irreducibilidade pelo simbólico instalando assim o analista num lugar de exposição a uma condição de muito maior

suscetibilidade na experiência transferencial. Esse, todavia, é um tema a ser postergado para outro momento.

***The ego it is all we have***

*This paper is about the ego (moi) and its constitution and its imaginary origin supported by the relationship with his similar (another human) and a powerful investment from the Other. This paper also treats the relationship between ego (moi) and unconscious subject (je) and their presence in the analytical treatment.*

**Keywords:** *me, unconscious subject, imaginary, symbolic and significant.*

**Referência:**

AULAGNIER, P. (1963). Observações sobre a estrutura psicótica. In:, *Um interprete em busca de sentido*. V.2. São Paulo. Escuta, 1990.

FREUD, S. (1911). Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (Dementia paranoides). In:, *Obras Completas*, v. XII. Rio de Janeiro. Imago, 1969.

LACAN, J. (1949). O estágio do espelho. In:, *Escritos*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 1998.

\_\_\_\_\_... (1960). Subversão do sujeito e dialética do desejo. In:, *Escritos*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1998, p.822.

\_\_\_\_\_ ... (1964). Posições do inconsciente. In:, *Escritos*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1998, p. 846.

\_\_\_\_\_ ... (1964a). p. 849.

\_\_\_\_\_... (1964b). p. 858.

LACAN, J. (1957-1958) O Seminário – As formações do inconsciente – livro 5. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1999.